

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (pesca INN) ameaça os ecossistemas, prejudica a gestão dos recursos marinhos, coloca em risco a segurança alimentar das comunidades piscatórias, afeta a segurança das tripulações e contribui para a violação de direitos humanos fundamentais. O tráfico de seres humanos e o trabalho forçado está associado à pesca INN.

A atual situação pandémica tem agravado as condições de muitos profissionais da pesca a bordo de grandes embarcações. Existem situações em que pescadores são impedidos de abandonar as embarcações durante meses a fio. Além disso, as normas de segurança a bordo são por vezes inexistentes ou carecem de aplicação.

Em outubro de 2019, durante a Conferência Ministerial organizada pela Organização Marítima Internacional, o Estado português subscreveu a Declaração de Torremolinos, juntando-se a 51 países que se comprometem a combater a pesca INN e a ratificar o Acordo da Cidade do Cabo até 11 de outubro de 2022.

O Acordo da Cidade do Cabo determina regras para proteger a segurança das tripulações e observadores e estabelece normas para embarcações de comprimento fora-a-fora de 24 metros ou mais. O Acordo entra em vigor assim que pelo menos 22 Estados, com um total de 3.600 embarcações, o ratifiquem. Mas, à data, apenas 14 Estados com um total de 1.433 embarcações ratificaram o Acordo.

Dada a importância de reforçar as regras e normas que protegem os profissionais da pesca e os observadores a bordo de embarcações, importa perceber por que motivos o Estado português não ratificou ainda o Acordo da Cidade do Cabo e conhecer a data em que pondera fazê-lo.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Mar, as seguintes perguntas:*

1. Vai o Estado português ratificar o Acordo da Cidade do Cabo, cumprindo os compromissos assumidos em outubro de 2019 com a subscrição da Declaração de Torremolinos durante a Conferência Ministerial organizada pela Organização Marítima Internacional?

1.1. Em caso afirmativo, em que data prevê o governo proceder à ratificação do Acordo?

2. O que tem impedido o governo de proceder à ratificação do Acordo da Cidade do Cabo e de se juntar a outros Estados da União Europeia que já o fizeram?

3. Como vai o governo ultrapassar os obstáculos que impedem a ratificação do Acordo da Cidade do Cabo?

Palácio de São Bento, 30 de setembro de 2021

Deputado(a)s

RICARDO VICENTE(BE)

FABÍOLA CARDOSO(BE)